

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.328, DE 2001

(PLS n.º 227/00)

Inclui na Lei n.º 8.406, de 09 de janeiro de 1992, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Cláudio Magrão

I - RELATÓRIO

O PL n.º 5.328, de 2001, do Senado Federal, acrescenta art. 2º-A à Lei n.º 8.406, de 09 de janeiro de 1992, para assegurar que os extratos das contas vinculadas do FGTS sejam obrigatoriamente gratuitos para os trabalhadores.

Na justificção do projeto original, o ilustre autor, Senador Sérgio Machado, argumenta que *“o presente projeto de lei visa corrigir possíveis distorções que estejam ocorrendo em relação ao tema, estabelecendo, definitivamente, a gratuidade dos extratos referentes ao FGTS”*.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Embora seja louvável a iniciativa do Senado Federal, ao pretender assegurar que os extratos das contas vinculadas do FGTS não sejam cobrados dos trabalhadores, é fato que, desde a centralização das contas vinculadas do FGTS na Caixa Econômica Federal, determinada pela Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, já não há cobrança de qualquer taxa ou encargo pela emissão dos referidos extratos.

A gratuidade na emissão de extratos para o titular da conta vinculada tem por fundamento legal o disposto no inciso I do art. 7º da supramencionada Lei n.º 8.036, de 1990, que determina ser competência da CEF *“centralizar os recursos do FGTS, **manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas** e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS”*.

Está claro, portanto, que a manutenção das contas vinculadas do FGTS, que inclui a emissão regular de extratos individuais, é competência da CEF. A CEF, na qualidade de Agente Operador do Fundo, incorre portanto em todos os custos operacionais relacionados à manutenção das contas. Em função desse e de outros encargos operacionais, tem direito a receber uma taxa de administração que, hoje, supera a casa de R\$ 1 bilhão.

Nesse sentido, o Conselho Curador do FGTS, usando a prerrogativa que lhe confere o inciso VI do art. 5º da lei fundiária, editou as Resoluções n.º 49, de 12/11/1991, e n.º 136, de 29/03/1994, que aprovam medidas destinadas a ampliar a emissão de extratos das contas vinculadas, com custos a serem arcados pelo FGTS, *“considerando que a informação é elemento básico essencial para a viabilização dos trabalhos de apoio à fiscalização e que os custos decorrentes do aprimoramento do processo fiscal constituem investimentos cujos retornos são tidos como certos por especialistas e técnicos da área”*.

É, portanto, entendimento do Conselho Curador do FGTS que os extratos encaminhados aos trabalhadores são inteiramente gratuitos. Diante do exposto, e considerando que o objetivo da proposição sob exame já é atendido pela legislação vigente, somos pela rejeição do PL n.º 5.328, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Cláudio Magrão
Relator